

Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial: processo, protagonistas e princípios

University of Coimbra's World Heritage Application: process, players and principles

JOANA CAPELA DE CAMPOS

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra, Centro de Ecologia Funcional – Ciência para as Pessoas e o Planeta (História, Território e Comunidades), Faculdade de Ciências e Tecnologia
joanacapelacampos@fch.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0001-8644-8196>

Texto recebido em / Text submitted on: 27/11/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 21/07/2020

Resumo. Em 22 de junho de 2013, era acrescentado mais um episódio à história secular da Universidade de Coimbra (UC): a inscrição do bem Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, na Lista do Património Mundial da UNESCO.

O propósito deste artigo consiste em aprofundar alguns princípios que delinearam o processo de candidatura da UC a Património Mundial, tendo em conta o contributo e influência de alguns dos seus protagonistas político-conceituais, teóricos e decisores. Para tal, terá contribuído o pensamento e a obra desenvolvida por dois gabinetes, o Gabinete do Paço das Escolas e o Gabinete de Candidatura à UNESCO. Constituídos enquanto Projetos Especiais da Reitoria, em março e em outubro de 2004 (respetivamente), estes gabinetes tiveram como missão desenvolver o trabalho para o sucesso da candidatura.

Recorrendo, sobretudo a pesquisa e revisão documental e/ou bibliográfica, este texto evidencia os testemunhos desses protagonistas, pelo papel fundamental que tiveram ao longo do processo, sob várias perspetivas.

Palavras-chave. Gabinete do Paço das Escolas, Gabinete de Candidatura à UNESCO, Candidatura a Património Mundial, Universidade de Coimbra.

Abstract. On 22 June 2013, the University of Coimbra added one more episode to its secular history: the nomination of the University of Coimbra – Alta and Sofia in the UNESCO World Heritage List.

The purpose of this paper is to improve knowledge of some principles that designed the application process, taking into account the contribution and influence of its main theoretical and politics players and decision-makers. For that process have contributed the rationale and works developed by two teams, the *Gabinete do Paço das Escolas* and the *Gabinete de Candidatura à UNESCO*. Constituted as Special Projects of the Rectory, in March and October 2004, these teams developed the work for the application success.

Methodologically, this paper is based on documental and/or bibliographical research and review, highlighting the actions and rationale of the key players, due to their main role, on several perspectives.

Keywords. *Gabinete do Paço das Escolas*, *Gabinete de Candidatura à UNESCO*, World Heritage Application, University of Coimbra.

Nota introdutória

“É preciso conhecer este volumoso *dossier* de informação e estratégia e divulgá-lo pelos diferentes agentes de desenvolvimento; é preciso chamar os cidadãos e a academia a participar neste processo” (LOPES 2012: 31).

Um dos últimos capítulos da história secular da UC constituiu-se no processo de inscrição de parte do seu património na Lista do Património Mundial (LPM), da UNESCO.

O reconhecimento internacional do Valor Universal Excepcional¹ (VUE) do bem Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) aconteceu na sessão 37.^a do Comité do Património Mundial (PM), em 22 de junho de 2013, sob a justificação dos critérios (ii), (iv) e (vi)², bem como, sob a justificação da sua autenticidade e da sua integridade. Deste modo, a inscrição do bem na LPM demonstrou o sucesso de um processo liderado pela UC, ao alcançar o seu maior objetivo esboçado desde 2003.

Em 2018, o capítulo da UC-AS PM iniciava um outro episódio: a adição do Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC) à área delimitada como UC-AS (FILIPE, ALCOFORADO, FERNANDES & MURTINHO 2019; CAPELA DE CAMPOS & MURTINHO 2020). Este novo processo beneficiou da sua característica administrativa e do esforço conjunto estabelecido entre a Diretora do MNMC, Ana Alcoforado e o Vice-Reitor com o pelouro do Património da UC e Vice-Presidente da RUAS – Associação Univer(s)idade, Vítor Murtinho. Em 7 de julho de 2019, o Comité do PM declarava a junção do MNMC à área da UC-AS PM.

Todavia, o processo de candidatura de Coimbra à LPM havia sido uma das primeiras iniciativas nacionais de candidatar património ao reconhecimento por parte da UNESCO, no início dos anos 80 do século XX, tendo a UC beneficiado desse conhecimento prévio no arranque da sua candidatura.

Deste modo, o presente artigo revela contribuir para o conhecimento e para a divulgação do processo de candidatura a PM que acompanhou a história da cidade de Coimbra e da sua universidade, ao longo das últimas quatro décadas, com especial enfoque não só nas suas histórias entrecruzadas, como também nas ações de proteção e requalificação do património urbano e universitário (CAPELA DE CAMPOS 2019).

¹ Conforme a Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, adotada em 1972, pela UNESCO, em Paris (UNESCO WHC 2016).

² WHC – 37th session of the Committee: Phnom Penh, Cambodia: 17-27 June 2013: Records: 22-Jun-2013 – 14:00:00 Afternoon. <https://whc.unesco.org/en/sessions/37COM/records/?day=2013-06-22#t2jmdjT97SIE0> (consultado em 4 de julho de 2020).

Tendo em conta o repto lançado por Nuno Ribeiro Lopes, coordenador da candidatura da UC-AS a PM, este trabalho pretende estudar a atuação e perspetiva de alguns dos protagonistas, que tiveram influência nas estratégias e nos princípios orientadores, referenciados a este capítulo da história da UC.

Antecedentes: o processo de candidatura de Coimbra a Património Mundial

Em 17 de março de 1982, Matilde de Sousa Franco, Diretora do MNMC àquela data, declarava a intenção de candidatar o “Centro Histórico de Coimbra” a PM (FRANCO 1983: 5, 10-11; 1984: 134, 142). A iniciativa surgiu no desenvolvimento das atividades do programa *Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos*, implementado entre 1981 e 1983, pela comemoração dos 70 anos do MNMC (FRANCO 1983; 1984).

Depois da Secretaria de Estado da Cultura ter dado despacho favorável, em 7 de junho de 1982, esta primeira intenção foi concretizada num documento de candidatura produzido pela Secção do Plano Diretor Municipal (PDM) da Câmara Municipal de Coimbra (CMC), tendo sido inviabilizada pelo Instituto Português do Património Cultural (IPPC), em 1983. Esta intenção teve a força estratégica necessária para que a CMC assumisse a responsabilidade de tal empreendimento a partir de 1987.

No entanto, as várias tentativas de candidatura promovidas pela CMC conheceram sempre contratempos, desde a dificuldade em estabilizar a delimitação da área a candidatar ou em justificar dessa delimitação e, por conseguinte, em consolidar a convicção da própria tentativa de candidatura. Em rigor, só uma das experiências conhece a fase de envio à Comissão Nacional da UNESCO (CNU), para avaliação. Em 17 de março de 1997, concretizada quinze anos depois da primeira intenção, esta primeira candidatura formal foi designada como *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial*³.

O posicionamento sobre a área da cidade a delimitar havia variado dentro da zona da Alta e, numa fase posterior, entre a Alta e a Baixa. Na Alta, o grande motivo divisor dos argumentos concentrava-se, principalmente, na inclusão da Cidade Universitária de Coimbra (CUC), construção do Estado Novo que muito contribuíra para a reconfiguração e transformação da cidade a partir dos anos 40 do século XX.

Algumas perspetivas consideravam que esse espaço da cidade – tão pesado

³ Cf. CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3, GCH: Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial – Coimbra, 1997.

do ponto de vista coletivo e emocional – não devia ser incluído na demarcação da área urbana a candidatar. Noutras propostas, defendia-se que só parte dessa área deveria ser contemplada pela sua proximidade e pelo enquadramento compositivo que fazia (e faz) com o conjunto arquitetónico do Paço das Escolas. Os argumentos com menor adesão eram aqueles que fundamentavam uma leitura baseada na organização espacial da cidade e que incluíam a intervenção do Estado Novo na área circunscrita a candidatar, para que, de algum modo, aquela área da cidade não fosse alvo de maiores complexos – para além daqueles que já a dominavam.

Adicionalmente à variação continuada sobre o conteúdo e a justificação de candidatura à UNESCO, a resposta da CNU à CMC⁴, de 10 de janeiro de 2001, explicava algumas das circunstâncias que determinavam a dificuldade em listar a Alta de Coimbra como um bem PM. Embora a Comissão reconhecesse os esforços da municipalidade na reabilitação e requalificação patrimonial da área, a descaracterização da Alta era inegável, pelas intervenções que tinham sido concretizadas e por aquelas que já estavam previstas.

Estas evidências constituíam-se em fatores de difícil justificação para o critério de autenticidade, critério exigido ao VUE de um bem inscrito na LPM. Um outro argumento que pesava na decisão da CNU assentava nas determinações do Comité do PM em relação à diversidade e à representatividade dos bens e sítios inscritos na LPM, assumindo a restrição de acesso e de apreciação das candidaturas de Centros Históricos, sobretudo europeus, que já estavam sobrerrepresentados na lista da UNESCO.

Entre 28 de setembro e 19 de outubro de 1998, o processo físico da candidatura de Coimbra a PM desapareceu das instalações da Divisão de Recursos Humanos da CMC⁵, ditando o fim desta primeira fase dedicada a candidatar a cidade ao reconhecimento internacional com a chancela da UNESCO.

A candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial: enquadramento

A alteração do objeto a submeter à candidatura a PM – da cidade para a universidade – impunha-se como sendo a decisão estratégica que ditaria o sucesso da mesma, que parecia estar condenada, tecnicamente, em Coimbra.

⁴ Cf. CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3, GCH: Pasta 4/8, Ofício nº CNU:781.1.1.5, MNE000015, de 10/01/2001.

⁵ Cf. CMC/GCH/PPM 2014/CH.chDCH/3, GCH: Pasta 3/8, Ofício nº 510/98/DDS-DiRCH, de 19/10/1998.

Pese embora, do ponto de vista prático, as áreas entendidas como “candidatáveis” serem correspondentes tanto no caso do bem cidade, como no caso do bem universidade, do ponto de vista estratégico, o foco da argumentação que permitia justificar o VUE do bem em causa, num e noutro caso, desenvolver-se-ia, rigorosamente, de forma muito variada.

A mudança de paradigma, no caso de Coimbra, é assumida na leitura política e estratégica liderada pelo Reitor Fernando Seabra Santos sobre a conjuntura e circunstância dos acontecimentos ao longo do tempo. Os seus mandatos desenvolveram-se entre 2003 e 2011 e assumiram a valorização do património universitário, como um estratagema de ação assente em dois focos: primeiramente, como estratégia de futuro para o desenvolvimento, reconhecimento e valorização da UC, quer no plano nacional quer no internacional, num “retorno e redescoberta da *Alma Mater Coninbrigensis*” (SANTOS in Santos et al. 2003); e, em segundo lugar, como estratégia política de desenvolvimento urbano, associada ao “desejo de transformação do espaço físico” (SANTOS in Universidade de Coimbra 2005: 5) e à proteção e reabilitação do património universitário.

Uma das primeiras ações da sua equipa reitoral compreendeu a criação e publicação de uma revista da Reitoria da UC intitulada *Rua Larga*, cujo primeiro número, em 17 de junho de 2003, era inteiramente dedicado à importância de cimentar uma aproximação entre a UC e a sua comunidade universitária. Nesta lógica, a revista perspetivava-se como um instrumento de uma universidade que se pretendia de futuro e renovada, sem deixar de estar ancorada à sua história e ao seu património arquitetónico, artístico, sociocultural, linguístico e educativo.

Complementarmente, esta iniciativa não deixava de se afigurar como um instrumento hábil para uma comunicação mais aberta, sobre os projetos e expectativas da equipa reitoral e das diversas unidades orgânicas, ainda que também pudesse ser considerada como uma forma de pensar sobre os projetos externos que se relacionavam com os interesses e a missão da UC.

O primeiro número da *Rua Larga* começou a esboçar um projeto de candidatar a UC à LPM, através de um dossier temático, inteiramente dedicado ao Paço das Escolas, com textos de António Filipe Pimentel, Sónia Filipe e Regina Anacleto. No entanto, a oficialização do projeto que traçava a candidatura a PM da UC seria concretizada no mês seguinte, em julho, pelo Reitor, numa publicação editada pelo Pró-Reitor para a Cultura, João Gouveia Monteiro, intitulada *Universidade de Coimbra, Património Mundial* (SANTOS et al. 2003).

A aposta no património universitário, enquanto espaço de referência da atuação de uma das instituições portuguesas com mais significado e relevância no mundo da lusofonia, desencadeava um processo de apaziguamento entre a

UC e a cidade, depois do capítulo dedicado à construção da CUC, pelo Estado Novo. Para tal, contribuíram alguns acontecimentos prévios que permitiram que a própria universidade tivesse a capacidade de voltar a olhar para si, enquanto valor de passado, de presente e de futuro.

O estigma da construção da CUC, que existia na perspetiva emocional da população da cidade de um modo geral, mas, principalmente, daquela que fora obrigada a migrar da Alta para outras zonas da cidade, entre 1945 e 1952 (ROSMANINHO 2006: 324-327; VÍTOR 1999), refletia-se em desabafos e acusações sobre a atuação do Estado Novo como tendo sido “lesa património” (SILVA 1988: 142).

Além disso, o problema da falta de espaço para as atividades académicas e universitárias não era novo e havia a necessidade de tomar a decisão de descentralizar o núcleo universitário da Alta. Com efeito, essa questão colocava-se desde 1965 com alguma intenção, ainda no decorrer das obras de construção da CUC. Não obstante terem sido revividos ressentimentos e mágoas, já após o final das obras da CUC⁶, foi possível, paulatinamente, voltar a pensar o espaço da acrópole universitária, a partir dos anos 80 do século XX.

Dois acontecimentos dariam o mote a esse processo, tendo em conta o reconhecimento da incapacidade manifestada pelas instalações existentes, para albergar as atividades e serviços (universitários ou académicos) necessários.

O primeiro acontecimento decorre da mudança das instalações do Hospital “Velho” da UC, em 1987, localizadas nos Colégios das Artes e de São Jerónimo, para os novos edifícios dos Hospitais da UC, em Celas. Em consequência, a criação da licenciatura em Arquitetura na UC, em 1988, beneficiaria dessa mudança, uma vez que o Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia (DARQ-FCT) seria instalado no Colégio das Artes, espaço que havia ficado vago devido à transferência das acomodações hospitalares.

O segundo acontecimento decorre da decisão de criação de novos polos, para albergar as áreas de Ciências e Tecnologia e as Ciências da Saúde. Deste modo, em 1992, era dado o início às obras de construção do Polo II, dedicado às primeiras e, em 2001, do Polo III, dedicado às segundas, numa zona adjacente ao “novo” complexo dos Hospitais da UC.

Contudo, o problema da Alta universitária, causado, por um lado, pela saída de uma parte significativa da população universitária para o Polo II e, por outro lado, pela degradação e mau estado de conservação de alguns espaços e equipamentos universitários, colocava a tónica na requalificação do espaço

⁶ As obras da CUC concluem-se com a finalização das obras do último edifício do plano geral, a Faculdade de Ciências, em 1975, sem grande destaque na inauguração oficial (CAPELA DE CAMPOS 2019; ROSMANINHO 2006).

que ia ficando disponível.

Sob essa perspectiva, a Reitoria aceitou o desafio do recém-criado DARQ para se desenvolver um instrumento qualificado e prioritário, capaz de prever os problemas e de propor soluções, como defendia o seu Diretor, José Carlos Teixeira.

Em julho de 1995, o Senado aprovava um estudo de reorganização dos espaços universitários, que se afirmava como peça-base do programa preliminar, da autoria do arquiteto Camilo Cortesão em colaboração com a Reitoria, para um concurso de ideias tendo em vista a definição de um plano de reconversão dos espaços dos Colégios de São Jerónimo, das Artes, do Laboratório Químico e da área envolvente.

Como era assumido pela Vice-Reitora Maria Teresa Mendes e pelo Arquiteto Camilo Cortesão, o concurso fomentava a necessidade de se pensar numa estratégia para uma “política de valorização do património construído da UC” (DARQ 1997: 11), colocando o espaço de toda a encosta nascente, desde a cota alta à cota baixa e englobando as instalações da Associação Académica de Coimbra, à disposição das propostas dos arquitetos.

Deste exercício resultava uma “reflexão aprofundada sobre a envolvência histórico-cultural do lugar e a sua perspetiva de desenvolvimento futuro” (DARQ 1997: 9): os Arquitetos e Professores do DARQ, Alexandre Alves Costa, Fernando Távora, Gonçalo Byrne e Raúl Hestnes Ferreira, responderam ao convite realizado pela Reitoria para participar no concurso, saindo vencedora a proposta de Gonçalo Byrne.

Estes dois momentos da história da UC tornam-se fundamentais para se perspetivar a alteração do paradigma sobre o património universitário construído. Se até aos finais da década de 80 do século XX a intervenção do Estado Novo era estigmatizada numa perceção geral, devido à destruição de património universitário e urbano existente até à década de 40, a partir da década de 90 do século passado, essa intervenção constituía-se com o estatuto de património universitário com valor, que também necessitava de ser intervencionado para garantir a sua manutenção, conservação e reabilitação.

Em paralelo, em 1994 e 1995, era descoberto o espólio do processo da Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC), que abria as portas ao estudo e ao conhecimento da intervenção do Estado Novo na Alta universitária (CAPELA DE CAMPOS & MURTINHO 2018).

Deste modo, os anos 90 caracterizaram-se como um período de introspeção e de autoscopia na e sobre a UC, tendo o seu espaço de referência – a Alta – como suporte e objeto de estudo e de projeto. Com o desenvolvimento de

conteúdos e com o aprofundar de conhecimentos, os resultados começavam a ser apresentados e debatidos, na viragem do milénio, em eventos científicos, seminários e colóquios⁷, estudos⁸ e intervenções acerca do património universitário.

Porém, estes acontecimentos prévios decorrentes e circunscritos à atuação e atividades da UC não devem ser desligados do que, de um modo paralelo, ia acontecendo na cidade, no país e no mundo.

Se em 1998, desaparece o processo de candidatura à LPM, promovido pela CMC, cuja delimitação da área candidata estava referenciada à Alta, também é nesse ano, que o Comité do PM reconhece o VUE da Universidade de Alcalá de Henares, em Espanha, sendo a única universidade europeia a configurar-se como Universidade Património Mundial (UPM).

Em 2003, durante as comemorações e atividades de Coimbra 2003 – Capital Nacional da Cultura⁹ –, os docentes do DARQ, Nuno Grande e Rui Lobo, organizavam a realização do Seminário Internacional *CidadeSofia*, onde se traçaram leituras da relação estabelecida entre a universidade e a cidade, a partir dos casos de Salamanca, Alcalá de Henares, Santiago de Compostela, Leuven, Grenoble, Bolonha, Maastricht, Cambridge, Aveiro e Coimbra (GRANDE & LOBO 2005).

Esta geometria de acontecimentos variáveis permitiram que o Reitor Seabra Santos pudesse, por um lado, estabelecer uma perspetiva abrangente e transversal das circunstâncias e das condicionantes da UC ao longo do tempo e, por outro lado, perspetivar qual o papel da UC na cidade, no país e no mundo.

A estratégia reitoral passava por capacitar a UC a assumir o seu papel de liderança em projetos de escala internacional, assente numa diplomacia cultural (AGUIAR, CORREIA & SILVA 2011). Às dimensões tradicionais da universidade, caracterizadas pelas suas missões na formação, na investigação e produção de conhecimentos, e no repositório e divulgação dessa produção, era associada uma nova. Esta quarta dimensão (SANTOS & ALMEIDA FILHO 2012) estaria à disposição das aptidões e competências das universidades e sociedades do conhecimento contemporâneas com visão de futuro.

Esta conjuntura proporcionava um redesenho estratégico sobre a apresen-

⁷ Como o *Seminário Internacional CidadeSofia: a cidade como território de produção e projecção do saber contemporâneo* (2003) e como os *Colóquios Construir Univer(sc)idade: Os Colégios da Sofia* (1999); *A Alta de volta* (2000); *Coimbra Capital de Cultura e Os segredos do Paço* (2002). Cf. Processo UC-AS, CPM [digital].

⁸ Como os estudos sobre a CUC, de Nuno Rosmaninho (1996; 2002); sobre a Universidade e os Colégios universitários, de Rui Lobo (1999; 2006; 2010); e sobre o Paço das Escolas, de António Filipe Pimentel (1998; 2005).

⁹ A propósito da contemporaneidade dos acontecimentos, o número 1 da *Rua Larga* publicava uma entrevista com o Presidente da Coimbra 2003 – Capital Nacional da Cultura, Abílio Hernandez.

tação da proposta à UNESCO, transformando os pontos de vista, até então equacionados, sobre as intenções de candidatura da cidade para submeter antes uma candidatura da UC. Além da mudança de bem a candidatar, outros argumentos contribuíam para dar força a esta nova opção estratégica assente em políticas de gestão, proteção e requalificação do património universitário.

A necessidade de grande investimento na reabilitação urbana, para garantir que uma candidatura da Alta de Coimbra conseguisse competir na categoria mais concorrida da LPM – a de Cidades Históricas/Centros Históricos –, era uma realidade que prejudicava a intenção de candidatar a Alta como bem PM, como de resto a CNU já havia referido. Consequentemente, um segundo argumento decorre do contraponto deste primeiro, ou seja, o facto de se alterar o foco da candidatura para a universidade permitia que o bem a candidatar concorresse a uma categoria composta apenas por quatro casos¹⁰, o que beneficiaria, teoricamente, a candidatura da UC em relação à candidatura da Alta de Coimbra.

Acrescia a esses argumentos, o facto de ter sido adotada a Convenção do Património Cultural Imaterial¹¹, em 2003, pela UNESCO, alargando o âmbito de justificação dos critérios do VUE dedicados à UC e, assim, possibilitar que fosse acumulado o valor material com o valor imaterial.

De acordo com esta perspetiva, o ano de 2003 constituía-se como um ano charneira no processo de candidatura a PM em Coimbra e, deste modo, como uma oportunidade de recomeço para o alcance desse desígnio. Sob o signo do Reitor Seabra Santos, o projeto da candidatura do bem UC iniciava o seu percurso de sucesso, suportado pelo empenho das equipas constituídas para darem prosseguimento ao desenvolvimento do seu processo e à sua concretização.

Princípios orientadores do processo de candidatura (2003-2004)

O projeto de candidatura da UC a PM estabeleceu-se sobre dois eixos¹², o eixo do valor material e o do imaterial. Relativamente ao primeiro, foi contemplado todo o património arquitetónico, histórico e artístico de uma universidade

¹⁰ UPM, até à data da inscrição da UC-AS (22/06/2013): em 1987, Monticello e a Universidade da Virgínia, em Charlottesville (Estados Unidos da América); em 1998, a Universidade e Recinto Histórico de Alcalá de Henares, em Alcalá de Henares (Espanha); em 2000, a Cidade Universitária de Caracas (Venezuela); e em 2007, o Campus da Cidade Universitária Central da Universidade Nacional Autónoma do México, na Cidade do México (México).

¹¹ Cf. CABRAL (2011); UNESCO INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE SECTION (2016).

¹² Informação constante em “Documento de trabalho RESERVADO – 040219”, de 19/02/2004, do Pró-Reitor Raimundo Mendes da Silva, com base num documento produzido pelos Arquitetos Vítor Mestre e Maria Fernandes. Cf. UC-AS, CPM [documental]: Pasta Património | Textos diversos.

de tradição humanista (SANTOS et al. 2003); quanto ao valor imaterial, foi contemplada a história da instituição da universidade e a tradição das ciências humanistas, atribuídas à cultura e à língua (SANTOS et al. 2003).

Assim sendo, numa primeira abordagem de área da UC a candidatar à UNESCO, selecionou-se a “Casa da Livraria, o Paço das Escolas, os vários colégios que se multiplicaram do século XVI ao XVIII e os estabelecimentos pombalinos do Museu de História Natural, Laboratório Químico e Jardim Botânico” (SERRA in Santos et al. 2003). O VUE era justificado pelos critérios (i), (ii), (iv) e (vi) (SERRA in Santos et al. 2003) e, ainda, com uma referência sumária ao Centro Histórico de Coimbra¹³, sendo certo que, do ponto de vista formal, a candidatura se centrava no núcleo do Paço das Escolas¹⁴ – ficando esclarecido o motivo e a importância do *dossier* temático publicado com o número 1 da revista *Rua Larga*.

Apesar do silêncio verificado em relação às obras da CUC realizadas pelo Estado Novo, a verdade é que a UC vinha a dedicar um grande esforço de intervenção e estudo sobre o complexo arquitetónico do Paço das Escolas e, portanto, compreende-se a incidência do foco neste núcleo, nesta primeira abordagem do projeto. Sobre este lugar, revestido de especial significado desde a cidade *Aeminium*, estavam a ser revelados os resultados de ações e campanhas de escavações arqueológicas efetuadas no Pátio das Escolas, entre 1999 e 2002; do desenvolvimento de estudos científicos (PIMENTEL 2005); e da decisão que ditaria o fim do estacionamento automóvel, em 2001¹⁵.

Sem embargo, e tendo em conta as exigências do processo de candidatura, cada vez mais especializadas, específicas e complexas, era fundamental formar equipas técnicas transdisciplinares capazes de responder tanto aos pressupostos formais exigidos, como também de produzir conteúdos que justificassem o VUE do bem candidato, à luz dos critérios considerados para o VUE, bem como aqueles da sua autenticidade e da sua integridade.

Nesse sentido, a fim de dar resposta às exigências do valor material, seria preciso constituir um Gabinete de Arquitetura, subordinado à dicotomia disciplinar do Património e da História. Assim, ficaria resolvida a imperativa

¹³ Apesar de não ser reforçada esta delimitação, entendemos a inclusão do Centro Histórico, na área candidata, enquadrada como área de proteção do bem e, deste modo, presumidamente, cumprindo uma exigência processual com a definição de uma área de proteção ou tampão (SANTOS et al. 2003).

¹⁴ Informação divulgada pelo Reitor Seabra Santos, em documento intitulado “Anexo 2 – Enquadramento preliminar do Gabinete do Paço das Escolas na vertente de atuação sobre o património físico da Universidade de Coimbra (atividade iniciada em 1 de Março de 2004)”, em ofício informativo ao Diretor do Banco Totta, em 8 de abril de 2004, como assunto “Candidatura da UC a Património Mundial”. Cf. UC-AS, CPM [documental]: Pasta Programação da Candidatura.

¹⁵ Cf. UC-AS, CPM [digital].

necessidade de produzir projetos qualificados de intervenção, para a reabilitação e manutenção dos valores materiais presentes no edificado, bem como para garantir as condições de uso e a continuidade da salvaguarda patrimonial.

Para dar resposta às exigências do valor imaterial, por sua vez, seria necessário constituir um Gabinete da Língua, subordinado ao inventário e estudo do conhecimento produzido e divulgado pela UC. Tal permitiria estudar e verificar a sua influência no mundo, articulando e mapeando o contributo da UC para a evolução das Artes e da Ciência e, particularmente, para o desenvolvimento do mundo lusófono.

Pouco conhecido e pouco falado, o primeiro gabinete técnico a ser constituído, com o estatuto de Projeto Especial¹⁶ e a responsabilidade da Reitoria da UC, foi o denominado Gabinete do Paço das Escolas (GPE), em 1 de março de 2004. O seu nome advinha, por um lado, da localização do seu espaço de trabalho e, por outro lado, do objeto de estudo. A criação deste Projeto Especial fundamentava-se na exigência para a valorização e para a salvaguarda do património arquitetónico, artístico e histórico do conjunto edificado do Paço das Escolas, que se desenvolveu como um palimpsesto construtivo ao longo da história e que se estabeleceu como *morada da sabedoria*¹⁷, a partir da cedência régia de D. João III para a Universidade, em 1537.

Enquanto objetivo principal do GPE, a “preparação da candidatura do Paço das Escolas a Património da Humanidade”¹⁸ deveria ser articulada com outra missão, que consistia na coordenação técnica e científica de “todas as intervenções no conjunto do edificado objeto de candidatura a Património Mundial”¹⁹. Por conseguinte, a equipa do GPE seria constituída por especialistas em Arquitetura, Engenharia, Arqueologia e História, sendo enquadrada na estrutura operacional de elaboração da candidatura, composta pelo Reitor, Pró-Reitor para a Cultura, Pró-Reitor para as Instalações, Segurança e Ambiente, pela Comissão Científica, pela Coordenação da Candidatura²⁰ e pelo GPE²¹.

¹⁶ Ao abrigo do artigo 4.º do Regulamento dos Serviços da Estrutura Central da Universidade de Coimbra, publicado por Despacho Reitoral n.º 15949/2003, de 31 de julho, em *Diário da República* n.º 188, II Série, de 16/08/2003, 12720-12730.

¹⁷ Cf. PIMENTEL (1998; 2005).

¹⁸ Informação constante em *Anexo 2*, de 08/04/2004, supra citado.

¹⁹ *Informação n.º GPE/02-2004*, de fevereiro de 2004, do Engenheiro Fernando Marques (GPE), para o Pró-Reitor para as Instalações, Segurança e Ambiente, Raimundo Mendes da Silva, com o assunto “Contributo para o arranque de uma gestão integrada do património histórico, arquitetónico e artístico do Paço das Escolas da Universidade de Coimbra”. Cf. UC-AS, CPM [documental]: Pasta Informações 2004|2005 2006|2007.

²⁰ O grupo inicial, cuja função consistia em preparar o guião ou estrutura base para a formação do Gabinete de Candidatura à UNESCO, era constituído pelo Reitor, Pró-Reitores, Ana Paula Amendoeira, Maria Fernandes, Vítor Mestre e Nuno Ribeiro Lopes. Cf. *Documento de trabalho RESERVADO – 040219*, supra citado.

²¹ Cf. *Anexo 2*, de 08/04/2004, supra citado.

Além desta finalidade, estava previsto que o GPE desenvolvesse outros objetivos complementares²², que seriam, porém, importantes para a concretização da elaboração do *Dossier* de Candidatura do Paço das Escolas, designadamente, com a elaboração de um Plano de Gestão Patrimonial, um Plano Diretor do Núcleo, uma Carta de Utilização (com a diferenciação por utentes e funções), um Guião de Manutenção e Preservação do Património, a que se somavam a coordenação das intervenções, e a realização de projetos de intervenção, de reabilitação e de requalificação do Paço das Escolas.

A importância deste gabinete técnico e da sua atividade ficaria, todavia, ancorada ao contributo do Engenheiro Fernando Marques, ao estabelecer quatro princípios orientadores para uma gestão integrada do património universitário²³.

Resumidamente, o seu contributo delineava:

1) O princípio de pedagogia, que visava esclarecer o conceito de salvaguarda do património e da eficácia da conservação preventiva, numa base pluridisciplinar, tendo como objetivo imediato a sensibilização da comunidade universitária.

2) O princípio de cumplicidade, que pretendia implementar e promover a confiança entre os agentes universitários com responsabilidade na gestão e na utilização do património edificado, beneficiando da ação de sensibilização prévia para as intervenções, de forma a transformar as resistências dos intervenientes em contributos para a valorização do processo.

3) O princípio de formação, que tinha como objetivo formar os quadros técnicos dos serviços competentes, de modo a concentrar as competências, ao nível do estudo, do projeto e do acompanhamento e fiscalização de intervenções.

4) E o princípio normativo, que equacionava desenvolver e criar metodologias e mecanismos internos, capazes de evitar intervenções pontuais e urgentes, que não estivessem enquadradas numa visão global, tendo em conta que estas poderiam prejudicar as características arquitetónicas e artísticas dos edifícios e, por inerência, a autenticidade do seu valor cultural.

Consequentemente, estes princípios foram assumidos como uma base teórica e metodológica consistente, operativa e propositiva para esta fase inicial do processo de candidatura. Tal significava que, com o aprofundar dos estudos, com a análise de conteúdos e com o desenvolvimento de projetos para intervenção no património, o desenho do limite do património a candidatar à UNESCO teria de ser, necessariamente, reajustado e expandido, a fim de refletir uma “arquitetura do conhecimento da UC”²⁴.

²² Idem.

²³ Documento de fevereiro de 2004, anterior à constituição do GPE, compreendendo-se pelo conteúdo que seria uma orientação para uma atuação futura. Cf. *Informação n.º GPE/02-2004*, supra citada.

²⁴ Título do documento, da autoria de Nuno Ribeiro Lopes, “Arquitetura do conhecimento da Universidade

A arquitetura do conhecimento da UC

Constituído enquanto equipa operativa para a elaboração da candidatura, o GPE, concomitantemente com o início de funções, também arrancava o desenvolvimento do processo formal de candidatura da UC à LPM. A cooperação entre a estrutura de candidatura da universidade e a CNU designou que a UC fosse inscrita na Lista Indicativa dos Bens Portugueses ao PM, Cultural e Natural da UNESCO, num processo célere. Com efeito, esta informação foi divulgada no I Encontro Ibérico de Gestão do Património Mundial, realizado entre 14 e 15 de maio de 2004, em Lisboa.

Num documento preparatório²⁵ para esta fase inicial da coordenação do GPE, o Arquitecto Nuno Ribeiro Lopes propunha uma metodologia de trabalho, tendo em conta que, em seis meses, deveria ser criado um gabinete oficial de coordenação. Este gabinete deveria ser composto por técnicos e especialistas, com competências para responder à exigência do processo e elaboração do *dossier*, designadamente, às suas especificidades ao nível das áreas candidatas e zona de proteção (ou tampão), da justificação do VUE, das metodologias e organização, do plano de gestão e da calendarização.

Um trabalho preparatório de diagnóstico e de avaliação também seria necessário para se perceber o volume de trabalho, as equipas e os meios adequados. Após a estabilização, com os ajustes apropriados da equipa, dos dados e da informação, esta estrutura passaria a ser, de um modo oficial, o Gabinete de Candidatura.

Para equacionar e compatibilizar todas as vertentes, Ribeiro Lopes apresentava um diagrama que suportasse o compromisso assumido, intitulado “Processo de planificação para a elaboração de planos de gestão/conservação (a adaptar durante a fase de candidatura)”²⁶. Esta apresentação esquemática articulava as metas a atingir para as atividades a realizar, ou seja, para os estudos e investigação, para a análise de conteúdos e para as respostas ao nível dos

de Coimbra. Proposta de metodologia de intervenção da zona candidata a Património da Humanidade (complemento à proposta entregue anteriormente)”, sem data – embora sequencial ao documento “Candidatura da UC à inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO”. Cf. UC-AS, CPM [documental]: Pasta Programação da Candidatura.

²⁵ Documento intitulado “Candidatura da UC à inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO”, de Nuno Ribeiro Lopes, sem data, embora pelo conteúdo se presume que seja coevo aos documentos da autoria de Fernando Marques (*Informação n.º GPE/02-2004*) e de Raimundo Mendes da Silva (*Documento de trabalho RESERVADO – 040219*), já citados, mas anterior ao ofício informativo enviado por Seabra Santos ao Banco Totta, em 08/04/2004. Cf. UC-AS, CPM [documental]: Pasta Programação da Candidatura.

²⁶ O diagrama mencionado acompanha o documento intitulado “Candidatura da UC à inclusão na Lista do Património Mundial da UNESCO”, de Nuno Ribeiro Lopes, previamente citado. Cf. UC-AS, CPM [documental]: Pasta Programação da Candidatura.

resultados e instrumentos, como exemplificado na reprodução do diagrama original (fig. 1), tendo em conta as interdependências entre cada campo e/ou cada fase de trabalho.

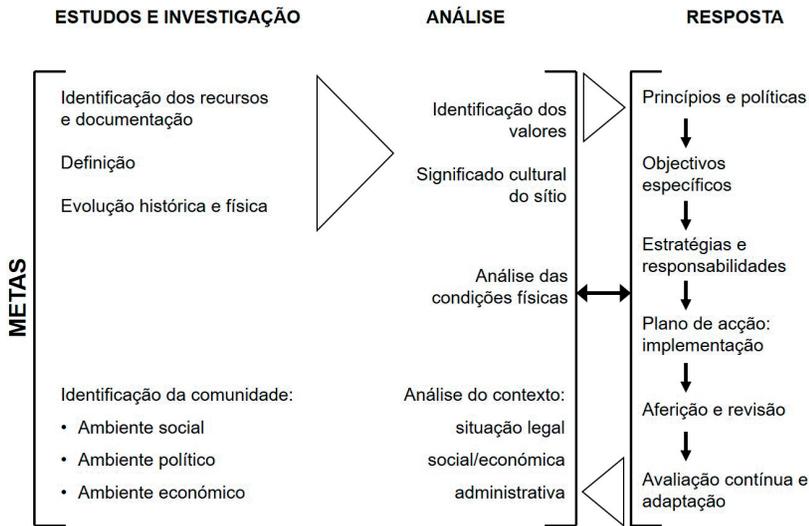


Fig. 1. Reprodução do diagrama “Processo de planificação para a elaboração de planos de gestão/conservação (a adaptar durante a fase de candidatura)”, da autoria de Ribeiro Lopes.

Todavia, seria com o documento sobre a *arquitetura do conhecimento da UC*, que Nuno Ribeiro Lopes fazia uma revisão de tudo o que havia sido equacionado, desde 2003. Nessa revisão levada a cabo por si, salientava que um dos primeiros problemas do processo decorria da inconstância da delimitação do bem candidato, uma vez que as propostas de critérios justificativos não estavam a concorrer para justificar o bem que então estava a ser determinado.

Analisando e equacionando os antecedentes interrelacionais entre a UC e a cidade, o Arquitecto Ribeiro Lopes propunha duas possibilidades para definir e trabalhar toda a candidatura: um âmbito mais alargado que, como aclarava, incluía “imóveis fora da jurisdição da Universidade”²⁷ e, um âmbito mais restrito, incluindo apenas imóveis da propriedade da UC.

Para o âmbito mais abrangente, seriam considerados edifícios dentro de uma área alargada de parte da Alta, como o núcleo do Paço das Escolas; os Colégios de S. Jerónimo, de São Bento, das Artes, de Santo Agostinho, da Trindade e de Jesus; o Jardim Botânico; Sé Nova e Sé Velha; Laboratório Químico; todos os

²⁷ Cf. Documento “Arquitetura do conhecimento da UC”, supra citado.

seis edifícios do Estado Novo; e as Repúblicas da Alta. Também eram considerados edifícios dentro de uma área abrangente da Baixa, tais como os Colégios da Sofia, do Carmo e da Graça, a Igreja de Santa Cruz e os Jardins da Manga e da Sereia, colocando dúvidas na inclusão dos edifícios do MNMC, da Igreja de S. João de Almedina, do Antigo Colégio das Artes-Inquisição e do Palácio de Sub-Ripas. A justificação para estas dúvidas prendia-se com os projetos e intervenções que estavam a decorrer nesses edifícios, note-se.

Para o âmbito mais restrito, por seu turno, seriam considerados o núcleo do Paço das Escolas; os Colégios de Jesus e da Sé Nova, da Trindade, de São Bento; o Jardim Botânico; o Laboratório Químico; os edifícios do século XX (Arquivo, Biblioteca Geral, Faculdades de Letras e de Medicina, e os edifícios da Física, da Química e da Matemática); e as Repúblicas da Alta, levantando dúvidas na inclusão dos edifícios dos Colégios de São Jerónimo e das Artes e, ainda, do Palácio de Sub-Ripas, também devido aos projetos de intervenção que estavam em curso.

Qualquer uma das hipóteses avançadas por Ribeiro Lopes relacionava a arquitetura existente da UC à sua história e ao papel que a UC deveria assumir, independentemente das vicissitudes históricas e valores intrínsecos que estivessem associados a qualquer um dos edifícios. Esta lógica concorria para estabelecer que a estratégia do protagonismo e justificação da candidatura deveria incidir na evolução histórica da UC e na sua importância ao longo dos tempos, como um todo consistente, cujo legado havia contribuído e tido influência para o desenvolvimento do conhecimento, do ensino e da ciência, da arquitetura e da construção, da língua, da cultura e das artes, ou seja, da história em geral, ao nível da cidade, do país e do mundo.

Atendendo a estas evidências, Ribeiro Lopes defendia que a coerência e o sentido da candidatura deveriam corresponder a um desenho de limites referenciado não só a um conjunto de edifícios de valor histórico e simbólico, mas à área urbana que representasse e incluísse “o que hoje é e foi a Universidade de Coimbra”²⁸. Deste modo, a definição da área candidata e da área de proteção ou tampão apresentava-se como um fator de suma importância para a determinação do âmbito da candidatura e para a sua futura avaliação, podendo ser, por conseguinte, decisiva no sucesso dos seus objetivos.

Aliado a este entendimento, o próprio sublinhava que o sucesso da candidatura também ficaria igualmente dependente da qualidade das ações, instrumentos e normas que fossem produzidos e que garantissem a eficaz proteção do património da área candidata e da área tampão, futuramente. Ou seja, não

²⁸ Idem.

deveria ser dada uma atenção, apenas e exclusiva, ao património constituinte do bem candidato, através de projetos e planos qualificados de intervenção para a reabilitação e para a conservação. Essa atenção dedicada à proteção e salvaguarda de património deveria ser partilhada com o património constituinte da zona tampão, uma vez que, de acordo com a Lei de Bases do Património Cultural²⁹, essa área tampão do bem listado como PM seria, conseqüentemente, constituída como zona especial de proteção do futuro Monumento Nacional.

Sobre esta base evolutiva de princípios políticos, estratégicos, teóricos e metodológicos, em outubro de 2004, era constituído o Gabinete de Candidatura à UNESCO (GCU), que passaria a ser o gabinete único para a coordenação e resposta de todas as ações afetas à candidatura, tanto ao nível da produção de conteúdos para o processo, como ao nível dos projetos de requalificação e reabilitação sobre o património.

Na sequência da estabilização do trabalho desenvolvido pelo GCU, durante o ano de 2005³⁰, o Pró-Reitor Raimundo Mendes da Silva assumia que o projeto de candidatura da UC à UNESCO era um contrato de futuro, de longo prazo e de fidelidade, “em que, pondo-nos na mão do mundo, aceitamos a responsabilidade de preservar o legado que a história nos entregou”³¹.

O GCU ficaria em funções de gestão e de representação institucional do bem UC-AS, até ser constituída (por escritura em cerimónia pública de 29 de dezembro de 2011) a RUAS – Associação Univer(s)cidade³², a qual passaria a desempenhar aquelas funções.

Considerações finais

Em diversos momentos, a história das instituições confunde-se, por e em várias circunstâncias, com a visão das pessoas que as dirigem e/ou que nelas trabalham.

²⁹ Lei n.º 107/2001, de 8 de agosto.

³⁰ O ano de 2005 foi considerado o ano do arranque oficial da candidatura: em 9 de março, a Comissão Científica de acompanhamento da candidatura à UNESCO reunia pela primeira vez, na Reitoria, tomando conhecimento do trabalho desenvolvido pela CNU e pelo Grupo Interministerial para a coordenação e acompanhamento das candidaturas de bens portugueses à LPM, sobre a constituição da Lista Indicativa de bens portugueses; em 19 de abril, o Reitor Seabra Santos oficializava um guião intitulado “Projecto de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO” (UNIVERSIDADE DE COIMBRA 2005), numa cerimónia na Biblioteca Joanina. Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM; e CAPELA DE CAMPOS (2019).

³¹ Apresentação do projeto de candidatura da UC à UNESCO, realizada pelo Pró-Reitor, em 22 de setembro de 2005, na Conferência Internacional “A imagem dos Centros Históricos – bases para a sua salvaguarda”. Cf. PT/UC/GNI/AGCU/UC-ASPM: [digital].

³² Os sócios fundadores da RUAS foram a UC, a CMC, a Direção Regional de Cultura do Centro e a Sociedade de Reabilitação Urbana – Coimbra Viva SRU (extinta em 2016), ancorando todas as entidades com responsabilidade na gestão do património afeto ao bem candidato.

Um dos últimos capítulos da história da UC consagrou-se ao reconhecimento internacional do seu declarado VUE, ao ser inscrito, em 22 de junho de 2013, o bem UC-AS na LPM e, em 7 de julho de 2019, ao ser alargado o desenho do seu limite para incluir o MNMC.

Contudo, o processo de candidatura, cuja génese remonta ao ano de 2003, constitui-se, em si próprio, num “volumoso *dossier* de informação e estratégia” – como referiu Ribeiro Lopes – que permanece disponível ao estudo, sob várias perspetivas.

O propósito deste trabalho incide sobre um dos vetores de leitura, relativo ao arranque do processo de candidatura a PM da UNESCO liderado pela UC, que importa equacionar e articular, através do mapeamento das ações e da influência que os protagonistas imprimiram ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, o mapeamento do processo sublinhou os pontos de vista político, teórico e conceptual para o desenho da candidatura, bem como, os pontos de vista estratégico e prático para a concretização e resposta formal aos pressupostos e exigências da mesma.

Mas não terá sido irrelevante a informação “prévia” existente e decorrente de uma fase anterior, de tentativas e de intenções de candidatar a Alta de Coimbra (sobretudo) à LPM. De facto, a grande variação que se percebe entre as duas fases processuais de candidatura em Coimbra – de 1982 a 1998 e de 2003 a 2013 – assume-se como uma mudança de paradigma sobre o objeto de candidatura à UNESCO.

Essa leitura foi efetivada pelo Reitor Fernando Seabra Santos, que determinaria a candidatura da UC a PM como um Projeto Especial da sua equipa, à luz de uma quarta dimensão da universidade – a diplomacia cultural.

Além das questões formais, exigidas a estes processos, sublinham-se os argumentos que concorriam para o sucesso da candidatura da UC à UNESCO, em detrimento da candidatura da Alta: a necessidade de grande investimento no conjunto do património urbano notável e anónimo, público e privado; a alteração do foco justificativo da candidatura da cidade a favor da universidade; o facto de a UC passar a concorrer numa categoria sub-representada da LPM, as UPM. Adicionalmente, a UC passava a liderar o desenvolvimento do processo de candidatura, beneficiando dos processos de produção de conhecimentos, conteúdos e estudos, e de projetos de intervenção sobre o património universitário, que se tinham iniciado na década de 90 do século XX.

Em rigor, não obstante a estratégia determinante e formalizada sobre a alteração do bem a candidatar, do ponto de vista de uma candidatura bem-sucedida, a UC-AS concorria para redesenhar o âmbito dos valores contemporâneos do património, interligando o valor material ao imaterial. Através da arquitetura

do conhecimento da UC, o desenho estratégico da candidatura estabelecia essa articulação entre a arquitetura, o património universitário e os espaços urbanos que, desde cedo, estabeleceram a inter-relação univer(s)cidade, designadamente, com os espaços da produção do conhecimento, da ciência, da arte, da cultura e, em particular, com os espaços da lusofonia.

As candidaturas à LPM devem ser uma oportunidade para se pensar a cidade que queremos e desejamos para o futuro, na expectativa de que as práticas e os valores contemporâneos do património irão beneficiar dos seus processos, das suas leituras e opções. A UC não desperdiçou, em 2003, a oportunidade e o desígnio de pensar Coimbra de amanhã, ao perspetivar o seu papel de liderança neste processo dedicado à cultura, assim como ao assumir a responsabilidade e o compromisso de futuro assente na valorização do património universitário.

Bibliografia

- AAEC. (1991). *A velha Alta... desaparecida. Álbum comemorativo das Bodas de Prata da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*. (2.a Ed.). Coimbra: Almedina.
- AGUIAR, J., CORREIA, J., & SILVA, C. S. (2011, Fevereiro). “Conversas: Reitor Fernando Seabra Santos”. *Construção Magazine: Revista Técnico-científica de Engenharia Civil, Dossier: Intervenção no Património da Universidade de Coimbra* (41), 4–7.
- CABRAL, C. B. (2011). *Património cultural imaterial: convenção da Unesco e seus contextos*. Lisboa: Edições 70.
- Câmara Municipal de Coimbra, Gabinete para o Centro Histórico, Processo Património Mundial 2014/CH.chDCH/3, GCH: *Documento Preliminar de Candidatura a Património Mundial – Coimbra, 1997; Pasta 3/8; Pasta 4/8*.
- CAPELA DE CAMPOS, J. (2019). *Candidatura a Património Mundial como operador de desenvolvimento urbano: o caso da Universidade de Coimbra - Alta e Sofia*. (Doutoramento em Arquitetura, DARQ-FCTUC). <http://hdl.handle.net/10316/87094> (consultado em 15 de novembro de 2019).
- CAPELA DE CAMPOS, J., & MURTINHO, V. (2018). “Seguindo o fio de Ariadne: a Cidade Universitária de Coimbra como património glocal”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, (XXXI), 163–187. https://doi.org/10.14195/2182-7974_31_1_6 (consultado em 10 de novembro de 2019).
- CAPELA DE CAMPOS, J.; MURTINHO, V. (2020). “Redesenhando os limites do património: o novo contorno da área Património Mundial da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia”, in Rui Jacinto (coord.), *As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação e Desenvolvimento. Coleção Iberografias* 38, 385-400. Guarda/Lisboa: CEI-Centro de Estudos Ibéricos/Âncora Editora.

- DARQ (ed.). (1997). *A Alta de Volta: concurso de ideias para o plano de reconversão dos espaços dos colégios de S. Jerónimo, das Artes, Laboratório químico e area envolvente*. Coimbra: EDARQ – DARQ-FCTUC.
- FILIPPE, S., ALCOFORADO, A., FERNANDES, M., & MURTINHO, V. (2019, Janeiro). *Modifications to World Heritage Properties – Annex 11: Minor Modifications to the Boundaries of World Heritage Properties*. (V. Murtinho, ed.). Universidade de Coimbra.
- FRANCO, M. de S. (1983). *O programa «Coimbra antiga e a vivificação dos centros históricos» promovido pelo Museu Nacional de Machado de Castro em 1981-1983*. Coimbra: MNMC.
- FRANCO, M. de S. (1984). *Quatro anos na direcção do Museu Nacional de Machado de Castro*. Coimbra: MNMC.
- GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (ed.). (1988). *Alta de Coimbra: história - arte - tradição. Actas do 1o Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987. (1.a Ed.)*. Coimbra: GAAC.
- GAAC - Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (ed.). (1995). *A Alta de Coimbra que futuro para o passado? 2o Encontro sobre a Alta de Coimbra. Exposição documental, Arquivo da Universidade, 22 de Outubro a 5 de Novembro de 1994*. Coimbra: Arquivo da Universidade.
- GRANDE, N., & LOBO, R. P. (eds.). (2005). *CidadeSofia: cidades universitárias em debate*. (Actas do Seminário Internacional CidadeSofia, Coimbra, 2003). Coimbra: EDARQ – DARQ-FCTUC.
- LOBO, R. P. (1999). *Santa Cruz e a rua da Sofia: arquitectura e urbanismo no século XVI*. (Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica). DARQ-FCTUC, Coimbra.
- LOBO, R. P. (2006, Setembro). “Os colégios universitários de Coimbra - enquadramento na arquitectura universitária europeia e seriação tipológica”. *Monumentos 25 - Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa*, (25), 32–45.
- LOBO, R. P. (2010). *A Universidade na cidade: urbanismo e arquitectura universitários na Península Ibérica da Idade Média e da Primeira Idade Moderna (Doutoramento em Arquitectura, DARQ-FCTUC)*. <http://hdl.handle.net/10316/14585> (consultado em 20 de novembro de 2019).
- LOPES, N. R. (2012, Dezembro). “O porquê da candidatura”. *Rua Larga: Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, (36), 30–31.
- PIMENTEL, A. F. (1998, Março). “Domus Sapientiae O Paço das Escolas”. *Monumentos 8 - Dossier Universidade de Coimbra*, (8), 34–39.
- PIMENTEL, A. F. (2005). *A morada da sabedoria: o Paço Real de Coimbra – das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra: Almedina.
- ROSMANINHO, N. (1996). *O princípio de uma «revolução urbanística» no estado novo os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra, 1934-1940*. Coimbra: Minerva.
- ROSMANINHO, N. (2002). *O poder da arte : o Estado Novo e a cidade universitária de Coimbra (Doutoramento, Universidade de Coimbra)*. <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/636> (consultado em 15 de novembro de 2019).

- ROSMANINHO, N. (2006). *O poder da arte: o estado novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SANTOS, F. S., & ALMEIDA FILHO, N. de. (2012). *A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. Coimbra; Brasília: Imprensa da Universidade de Coimbra; Editora UnB.
- SANTOS, F. S., SERRA, C., OLIVEIRA, A. R. de, ANTUNES, J., MAIA, C., & PIMENTEL, A. F. (2003, Julho). *Universidade de Coimbra, Património Mundial*. (J. G. Monteiro, ed.). Universidade de Coimbra.
- SILVA, J. M. A. e. (1988). “Os salatinas da Alta, fundadores forçados do Bairro de Celas”, in GAAC (ed.), *Alta de Coimbra: história - arte - tradição* (Actas do 1o Encontro sobre a Alta de Coimbra, de 23 a 28 de Outubro de 1987), 135–142. Coimbra: GAAC.
- UNESCO Intangible Cultural Heritage Section. (2016). *Basic Texts of the 2003 Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. https://ich.unesco.org/doc/src/2003_Convention_Basic_Texts-_2016_version-EN.pdf (consultado em 21 de novembro de 2019).
- UNESCO World Heritage Centre. (2016). *Basic Texts of the 1972 World Heritage Convention*. <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002449/244911e.pdf> (consultado em 21 de novembro de 2019).
- Universidade de Coimbra, Gabinete para as Novas Instalações, Arquivo do Gabinete de Candidatura à UNESCO, Processo Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial [digital].
- Universidade de Coimbra, Gabinete para as Novas Instalações, Arquivo do Gabinete de Candidatura à UNESCO, Processo Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Candidatura a Património Mundial [documental]: Pasta Informações 2004|2005 2006|2007; Pasta Património | Textos diversos; Pasta Programação da Candidatura.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA. (2005). *Projecto de Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- VÍTOR, A. F. (1999). “A edificação das novas instalações do Arquivo”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XVII e XVIII (1997-1998), 171–225.